

**PACOTES INTERPRETATIVOS SOBRE
A BNCC DO ENSINO MÉDIO: a
panaceia para a educação**

**INTERPRETIVE PACKAGES ABOUT
BNCC FOR HIGH SCHOOL: the
panacea to education**

**PAQUETES INTERPRETATIVOS
SOBRE LA BNCC DE LA ESCUELA
SECUNDARIA: la panacea para la
educación**

Resumo: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é, atualmente, uma das principais políticas educacionais no Brasil e influencia os currículos escolares de todo o país. Este artigo pretende identificar e analisar enquadramentos da mídia sobre a BNCC, em especial na etapa do Ensino Médio. Para essa pesquisa foram analisadas notícias sobre o tema nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo entre 2018 e 2021. Utilizou-se a Análise de Enquadramento, em especial a ideia de pacotes interpretativos de Gamson e colaboradores (1983, 1989 e 1996). Pôde-se perceber grande concentração de publicações no período anterior à aprovação e amplamente favoráveis ao documento. Constatou-se que as entidades apoiadoras da BNCC se destacaram como autores e fontes de consulta das matérias e foram identificados cinco pacotes interpretativos: *BNCC traz qualidade; BNCC garante maior autonomia/protagonismo; BNCC é uma necessidade; BNCC traz flexibilização ao currículo e BNCC é atacada por grupos conservadores*. Todos os pacotes auxiliam a propagação da ideia de que a BNCC representa uma cura para os problemas da educação e evidenciam a utilidade de veículos de grande mídia a esse propósito.

Palavras-chave: BNCC. Análise de enquadramento. Pacotes interpretativos.

Recebido em: 25/02/2022

Aceito em: 17/06/2022

Publicação em: 15/10/2022



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i2.62388

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Deborah Karla Calegari Alves

Mestra em Educação

Doutoranda pela Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

E-mail: deborahcalegari82@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1908-7225>

Fábio Luis Krützmann

Mestre em Educação

Doutorando na Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

E-mail: fa.biologia22@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0408-0610>

Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto

Doutor em Educação

Professor da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

E-mail: lcaldeira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6170-1722>

Como citar este artigo:

ALVES, D. K. C.; KRÜTZMANN, F. L.; TOLENTINO NETO, L. C. B. PACOTES INTERPRETATIVOS SOBRE A BNCC DO ENSINO MÉDIO: a panaceia para a educação. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2022. ISSN2177-2886. DOI: <https://10.15687/rec.v15i2.62388>.

Abstract: The Common National Curriculum Base (BNCC) is, currently, one of the main educational policies in Brazil and influences the school curriculum across the country. This article aims to identify and analyze media frameworks on the BNCC, especially in the High School stage. For this research, was made an analysis of the news about the subject in the newspapers Folha de São Paulo and O Estado de São Paulo between 2018 and 2021. It was used the Framework Analysis, more precisely the idea of interpretative packages by Gamson and collaborators (1983, 1989 and 1996). It could be seen a great concentration of publications in the period prior to the approval and largely favorable to the document. It was realized that the entities that support the BNCC stood out as authors and sources of consultation to the articles and five interpretive packages were identified: *BNCC brings quality*; *BNCC guarantees greater autonomy/protagonism*; *BNCC is a necessity*; *BNCC brings flexibility to the curriculum* and *BNCC is attacked by conservative groups*. All packages help to spread the idea that BNCC represents a cure to education problems and show the usefulness of mainstream media in this regard.

Keywords: BNCC. Framework analysis. Interpretive packages.

Resumen: La Base Común Curricular Nacional (BNCC) es, actualmente, una de las principales políticas educativas en Brasil e influye en los currículos escolares de todo el país. Este artículo tiene como objetivo identificar y analizar los marcos mediáticos sobre la BNCC, especialmente en la etapa de Enseñanza Media. Para esta investigación, se realizó el análisis de noticias sobre el tema en los diarios Folha de São Paulo y O Estado de São Paulo entre 2018 y 2021. Se utilizó el Framing Analysis, em especial la idea de paquetes interpretativos de Gamson y colaboradores (1983, 1989 y 1996). Se apreció una gran concentración de publicaciones en el periodo previo a la aprobación y ampliamente favorables al documento. Se percibió que las entidades de apoyo a BNCC se destacaron como autores y fuentes de consulta de los materiales y fueron identificados cinco paquetes interpretativos: *BNCC trae calidad*; *BNCC garantiza mayor autonomía/protagonismo*; *BNCC es una necesidad*; *BNCC aporta flexibilidad al plan de estudios* y *BNCC es atacada por grupos conservadores*. Todos los paquetes ayudan a propagar la idea de que la BNCC representa una cura para los problemas de la educación y evidencian la utilidad de los medios de comunicación masiva para este propósito.

Palabras clave: BNCC. Análisis de encuadre. Paquetes interpretativos.

1 INTRODUÇÃO

O documento final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) resulta de anos de tentativas de definição de um currículo nacional para a educação básica. Esses caminhos foram se construindo formalmente a partir da Constituição Federal de 1988, com os debates se intensificando com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (LDBEN 9.394/96) a respeito do que deveria ser contemplado em uma base nacional comum. Essas legislações serviram de base para a publicação de vários documentos nos anos seguintes que abordavam a necessidade da BNCC, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEB 2010) e os Planos Nacionais de Educação (PNE 2001-2010 e 2014-2024).

É importante ressaltar, como fazem Venco e Carneiro (2018), movimentos de resistência nesses processos, como o voto contra a aprovação da BNCC de três conselheiras do Conselho Nacional de Educação (CNE), alegando haver pouca transparência em seu processo de votação. Ainda assim, o governo homologou no fim de 2017 a BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, caracterizando pela primeira vez um currículo nacional obrigatório no país. A BNCC se apresenta como sendo: “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...]” (BRASIL, 2017, p. 7).

A etapa do Ensino Médio (EM) teve sua 3ª e última versão retirada do documento geral de 2017, sendo homologada um ano depois, em dezembro de 2018. Esse atraso também se deveu à espera pela chamada reforma do EM, a qual foi uma das primeiras ações do governo Temer. Essa segmentação, como destacam Corrêa e Morgado (2020), vai de encontro à indissociabilidade da Educação Básica prevista na LDBEN e nas DCNEB. O novo EM foi instituído inicialmente através de medida provisória em setembro de 2016 (MP 746/2016) e, no que talvez seja um recorde de tempo, apenas 5 meses depois sancionado pela

Lei 13.415/2017. Essa reforma, conforme destacam os autores, atrela o repasse de recursos financeiros à sua adesão pelas escolas, além de trazer muitas mudanças relacionadas ao financiamento da educação; conteúdos; carga horária; reconhecimento de habilidades e competências dos discentes; notório saber dos docentes, dentre outras.

O texto da reforma preconiza que durante o EM o aluno deverá cumprir no máximo 1800 horas dedicadas à BNCC e que, então, poderá escolher, de acordo com seu projeto de vida – e com as possibilidades de oferta das escolas - um itinerário formativo: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. Diferentemente da BNCC para a etapa anterior, o texto do EM, como destaca Lopes (2019), não determina habilidades que deverão ser desenvolvidas a cada ano e/ou em cada disciplina, o que torna o currículo ainda mais flexível e exprime uma busca de combater as disciplinas num processo que significam-nas como descontextualizadas e fragmentadas, provendo aos jovens uma formação superficial e demasiado extensa e impedindo a diversidade dos sistemas educacionais. Nessa guerra contra as disciplinas, é importante atentar para o que afirma a autora (2019, p. 67) “muito mais do que uma mudança de organização curricular, a reforma do ensino médio visa favorecer a transferência de recursos de instituições públicas para instituições privadas.”

A BNCC se destaca por sua obrigatoriedade, seu alcance e, como grifam Corrêa e Morgado (2020, p. 21) “em nenhum momento da história brasileira tivemos um debate desta magnitude, envolvendo, direta, ou indiretamente, tantos atores, nem em que o interesse pelo currículo tenha ocupado tantas e tão diferentes instâncias”. Tendo em vista a abrangência desse debate, interessa saber como a BNCC vem sendo enquadrada (GAMSON; LASCH, 1983) na grande mídia brasileira.

Destarte, esse trabalho buscará identificar e analisar os enquadramentos dados à temática em dois dos principais jornais (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2020) do país, a saber: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. A pesquisa foi feita nos editoriais de educação das versões digitais dos jornais no período entre 1º de janeiro de 2018 - ano da aprovação da última versão da BNCC para o EM - até 31 de dezembro de 2021. O objetivo é identificar e analisar enquadramentos da mídia sobre a BNCC, em especial na etapa do EM, dos jornais no período.

Com o intuito de melhor estruturar o estudo, organizou-se o texto em três seções, além desta introdução: a primeira trata sobre os caminhos metodológicos, conceitos de enquadramento e sobre os pacotes interpretativos que servirão de base para a análise; a segunda é dedicada aos resultados e discussões das análises e a última traz as considerações finais.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A análise de enquadramento, conforme Soares (2011), é uma abordagem que serve ao estudo de matérias jornalísticas a fim de evidenciar suas ideias tácitas, salientando o caráter construído da mensagem, revelando a sua retórica implícita em textos que são supostamente objetivos e imparciais. Segundo o autor (2011, p. 451) as primeiras referências do conceito de enquadramento têm origem na obra *Frame Analysis* (1974) do sociólogo Erving Goffman, que define enquadramentos como “marcos interpretativos construídos socialmente, que permitem às pessoas atribuírem sentido aos acontecimentos e às situações sociais”.

Para Porto (2002), a primeira definição mais clara sobre enquadramentos midiáticos é trazida por Gitlin:

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira. (GITLIN 1980, apud PORTO, 2002, p. 6).

Para Porto, nessa visão, enquadramentos são recursos organizadores do discurso e se valem de práticas específicas como seleção, ênfase e exclusão para construir uma determinada interpretação dos fatos. O enquadramento refere-se ainda (ENTMAN, 1991, apud SOARES, 2011) a uma organização do texto que salienta algumas ideias em detrimento de outras, chegando a tornar algumas praticamente invisíveis,

seus principais fatores são a seleção e a saliência. Essa seleção não é algo estático, mas dinâmico, tendo em vista que os assuntos vão sendo redefinidos pelos jornalistas e pelas elites - que muitas vezes lhes servem de fontes - que vão também reestruturando suas prioridades e definições.

Há várias tradições dentro da análise de enquadramento que preconizam diferentes formas de abordagem, neste trabalho pretende-se trabalhar com a ideia de pacotes interpretativos. Essa escolha deve-se ao entendimento de que essa ideia está intimamente ligada às noções de seleção e saliência. Proposta por Willian Gamson e colaboradores (GAMSON; LASCH, 1983; GAMSON; MODIGLIANI, 1989; GAMSON; MEYER, 1996), nela os pacotes interpretativos são vistos como tendo no centro um enquadramento, uma ideia central que organiza e atribui significados.

O grupo tem argumentado que todo tema político tem uma cultura, ou seja, um discurso que se modifica no decorrer do tempo e que apresenta interpretações e significados sobre os fatos relevantes. Na maioria destes temas, existem "pacotes interpretativos" que competem entre si. No centro de cada pacote está o enquadramento, definido como "uma idéia central organizadora" que atribui significados específicos aos eventos (PORTO, 2002, p. 6).

Vimieiro e Maia (2011) esclarecem que Gamson e Modigliani (1989) destacam cinco dispositivos de enquadramento: metáforas; exemplos; *slogans*; representações e imagens, e sua função é sugerir como pensar sobre o tema. Essa análise procurará, através dos dispositivos de enquadramento utilizados nos textos selecionados, identificar os pacotes interpretativos que estão sendo construídos.

Tendo em vista que esse trabalho busca analisar notícias veiculadas sobre a BNCC nas editorias de educação das versões digitais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo é importante ter em mente que:

Uma análise de enquadramento das matérias jornalísticas produz dados que autorizam o autor a fazer afirmações interpretativas específicas sobre os textos analisados, suas inclinações, sua retórica implícita e representações midiáticas resultantes. (SOARES, 2011, p. 461).

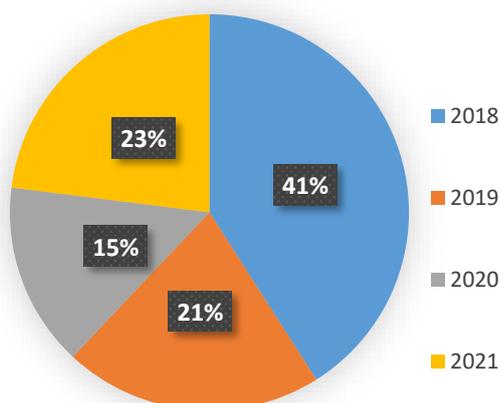
A escolha dos jornais ocorreu por suas abrangências e importância no território nacional. Como apresentado pela Associação Nacional de Jornais (2020), esses jornais figuram entre os três primeiros em circulação no país, considerando plataformas digital e impressa. A escolha do intervalo de tempo da pesquisa - 2018 a 2021 - marca o lançamento da BNCC do EM e suas primeiras repercussões.

O descritor utilizado em ambos os jornais foi *Base Nacional Comum Curricular* e todos os textos que fizeram uso deste descritor foram lidos na íntegra. A busca foi feita diretamente nos sites dos jornais, nos editoriais de educação. Como critério de inclusão buscou-se textos que abordassem opiniões, discussões e aprofundamentos sobre a BNCC em geral, ou especificamente sobre a BNCC do EM. Já os critérios de exclusão foram dois: o primeiro envolvendo textos que comentassem brevemente e superficialmente sobre a BNCC ou apenas citassem a base como exemplo; o segundo critério excluiu textos que falavam apenas da BNCC para o Ensino Fundamental ou Educação Infantil.

3 RESULTADOS E ANÁLISES

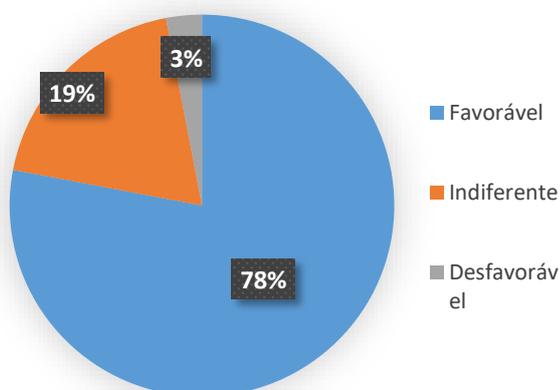
Com base nas delimitações e critérios de exclusão e inclusão foram encontradas ao todo 100 notícias, sendo 34 na Folha de São Paulo e 66 no jornal O Estado de São Paulo. A seguir, apresenta-se a distribuição das matérias pelos anos de publicação (Gráfico 1), pelo posicionamento delas em relação à BNCC (Gráfico 2), pelos grupos autores (Gráfico 3) e pelas fontes consultadas para sua redação (Gráfico 4).

Gráfico 1 - Distribuição das matérias pelo ano de publicação



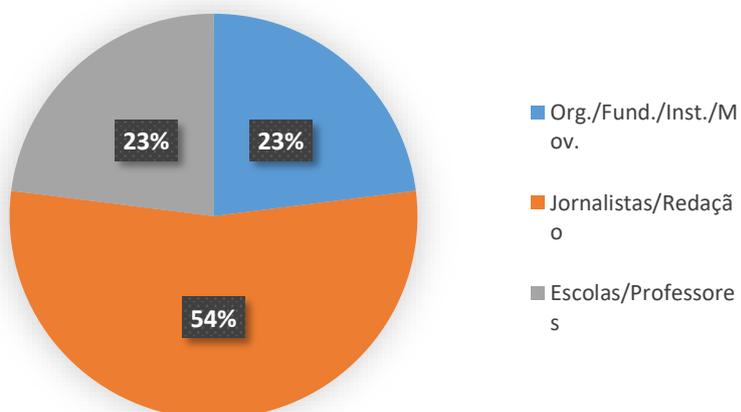
Fonte: elaboração própria

Gráfico 2 - Distribuição das matérias quanto ao posicionamento em relação à BNCC



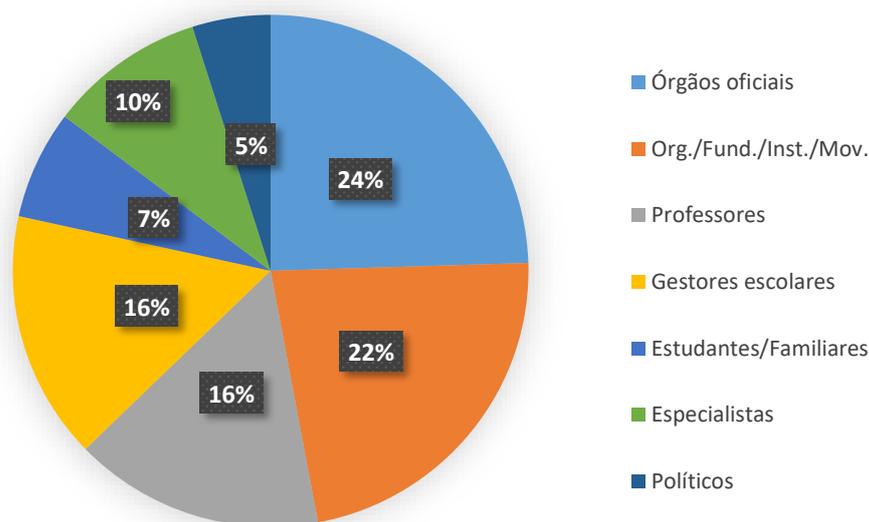
Fonte: elaboração própria

Gráfico 3 - Distribuição dos grupos autores das matérias



Fonte: elaboração própria

Gráfico 4 - Distribuição das fontes consultadas para a redação das matérias



Fonte: elaboração própria

Percebeu-se (Gráfico 1) uma expressiva publicação dos textos em 2018 (41) em momento anterior à aprovação da versão final da BNCC para o EM (dezembro de 2018). A concentração dessas matérias dá indícios de uma busca em conseguir apoio dos leitores ao tema (Gráfico 2), tendo em vista que apenas duas delas - nesse primeiro ano consultado - apresentaram posicionamento contrário à política e 29 foram abertamente favoráveis. Em 2019 dos 21 textos 19 se mostraram favoráveis e 2 indiferentes; em 2020 foram 10 notícias em apoio à BNCC e 5 com aspectos de indiferença; e em 2021, das 23 matérias veiculadas, 19 apoiavam a BNCC, 3 traziam falas em tom indiferente e uma enfatizou aspectos negativos da política.

Do total de 100 textos analisados, pouco mais da metade (54) foram escritos/assinados por jornalistas ou pela redação dos jornais (Gráfico 3). As demais (46) foram assinadas por professores/escolas (23) e organizações/fundações/instituições/ movimentos apoiadores da BNCC (23). Esse último grupo destacou-se por praticamente não consultar qualquer fonte para a redação das matérias, fato que ocorre em 21 dos 23 textos de sua autoria. Também destaca-se que 22 deles demonstraram apoio à política.

As fontes mais consultadas (Gráfico 4), aparecendo em 25 textos, foram os órgãos oficiais – em geral o Ministério da Educação (MEC) ou secretarias de educação – sendo seguidas de perto (23 textos) pelas organizações/fundações/instituições/movimentos apoiadores da BNCC, a exemplo do movimento Todos Pela Educação (TPE), Movimento pela Base, os institutos Itaú, Unibanco, Ayrton Senna e Fundação Lemann – grupos que integram a chamada *nova filantropia* (BALL; OLMEDO, 2013). Martins (2016) afirma que o TPE tem como maiores parceiros na mídia jornais de grande circulação, dentre eles O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, o que pôde ser verificado neste trabalho frente ao grande espaço dessa organização como fonte e autora de textos nesses veículos. Segundo a autora, desde seu lançamento em 2005, esse movimento vem se inserindo no debate público sobre educação e difundindo suas ideias em diversos segmentos sociais, utilizando-se de sua interlocução com a mídia, a qual é facilitada pelas redes de contatos e poderio econômico de seus integrantes.

No processo de comunicação e mobilização, a categoria priorizada pelo TPE é a dos formadores de opinião, os quais procuram atingir, posteriormente, a sociedade como um todo. Para tanto, o movimento tem dispensado especial atenção ao atendimento de profissionais da comunicação – jornalistas, radialistas, publicitários, relações públicas, profissionais da televisão e do marketing. Exemplo disso é a promoção de cursos de “Jornalismo de Educação” do qual participam profissionais de diversos estados brasileiros. [...] Além dos cursos de formação, o TPE trabalha diariamente com veículos de comunicação de todo o país, opinando em matérias ligadas à educação, preparando

entrevistas, sugerindo pautas e indicando fontes a jornalistas e editores. (MARTINS, 2016, p. 81).

Outro ponto importante diz respeito ao baixo número de vezes em que a comunidade escolar foi consultada. Gestores e professores são ouvidos em 16 textos, famílias e alunos em sete matérias. Essa ínfima participação corrobora a ideia de que a voz dos estudantes não vem sendo ouvida. Conforme Amestoy (2015, p. 22) “A ‘voz’ do estudante remete-se à escuta, a dar a palavra aos estudantes para que eles possam expressar suas opiniões, desejos e interesses de aprendizagem”. Essa *não escuta* é manifesta em pesquisas e inclusive pelos idealizadores de políticas públicas:

Durante uma reforma educacional, por exemplo, quem são os legitimamente ouvidos? Com certeza, os que não são levados em conta durante essa reforma são os estudantes. É neste fato que encontra-se um dos maiores equívocos da nossa educação científica. Segundo CookSather (2002, p.3): “há algo fundamentalmente equivocado ao se estruturar e reestruturar todo um sistema educacional sem consultar, em um único ponto, aqueles a quem o sistema se destina”. (AMESTOY; TOLENTINO NETO, 2014, p. 5857).

Com base nos dados analisados, parece clara a atuação midiática de ambos os veículos em apoio à BNCC. A falta de referências gerais sobre educação e a quase invisível participação da comunidade escolar em geral, dão indícios da superficialidade com que o tema é tratado e da distância entre um currículo pensado fora das escolas e a realidade local e suas implicações:

Porém, não se faz mudanças e reformas sem ouvir o ‘todo’, ou seja, professores, alunos e comunidade escolar. Assim, ao ouvirmos os atores sociais do processo educacional, o currículo poderá tornar-se mais próximo e real dos contextos escolares, uma vez que, o currículo também tem o seu papel na condução e formação de um cidadão crítico e consciente. (AMESTOY, 2015, p. 74).

A partir dessa investigação sobre períodos de fala, posicionamentos a respeito da BNCC, sobre quem fala e quem tem espaço de fala, interessa saber o que se fala. Utilizando-se a análise de enquadramento, foram reunidas as ideias centrais sobre a BNCC expostas nas matérias. Cinco pacotes interpretativos se destacaram: *BNCC traz qualidade; BNCC garante maior autonomia/protagonismo; BNCC é uma necessidade; BNCC traz flexibilização ao currículo; e BNCC é atacada por grupos conservadores.*

O pacote interpretativo mais preponderante diz respeito à ideia de que a *BNCC traz qualidade*. Essa ideia aparece de forma central em 42 dos 100 textos selecionados. No bojo da BNCC como política que carrega, por si só, qualidade à educação, são difundidas noções de que ela representa avanços, conquistas, igualdade, equidade, evolução, que contribui para o alcance de metas e melhoria de índices em avaliações de larga escala (e portanto melhoria da qualidade), que educa para o futuro ao trabalhar competências e habilidades. Essas associações produzem novos sentidos e novas *verdades* tendo em vista que:

A defesa em torno da qualidade da educação, que vai sendo preenchida hegemonicamente pela ideia de qualidade associada à provisão de conhecimento, alinhando assertividade, controle, eficácia, resultados como indicativos da qualidade almejada e não encontrada na escola, indica aspectos a serem observados na aprendizagem dos alunos que a deveriam ter por direito. Assim, na mesma medida, a definição clara desse direito representa então o alcance da qualidade. (FRANGELLA, 2021, p. 7).

Sena, Albino e Rodrigues (2021, p. 10), ao abordarem as redes políticas que influenciaram na elaboração da BNCC para o EM, destacam o papel do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) nesse processo e afirmam que “o GIFE defende uma relação direta da melhoria da qualidade de ensino a partir da efetivação da lei 13.415/2017 com a política de currículo da BNCC”.

Além disso, em alguns textos, o intento de convencimento de que a BNCC é sinônimo de incremento de qualidade está estreitamente relacionado a informações trazidas de que países com bons

resultados em avaliações de larga escala como o *Programme for International Student Assessment* (PISA) utilizam bases nacionais curriculares. Esse dado corrobora a análise de Martins (2016) que indica que o critério de referência tanto das metas do movimento TPE quanto do MEC - que, por sinal, são bastante similares - foi estabelecido de acordo com a escala do PISA.

A ideia de que a BNCC qualifica a educação funciona como uma espécie de bordão e, como dito anteriormente, esses *slogans* e chavões se configuram como um dos dispositivos de enquadramento. Branco (et al., 2019, p. 352) destacam que chavões como *escola de boa qualidade* servem para “acompanhar os reais objetivos das políticas públicas, que são: oferecer e garantir mão de obra qualificada e aumentar a produtividade do trabalho.” Ao observar as mudanças estabelecidas através da Lei nº 13.415/2017 afirmam os autores que elas

são exibidas sob um aparato de motivos para justificar a emergência da BNCC, no cenário da educação básica nacional, tais como: garantir a equidade na educação, melhorar a qualidade do ensino, assegurar conhecimentos mínimos e aprendizagens essenciais, fortalecer a educação integral dos indivíduos, respeitar o projeto de vida e o poder de decisão individual, valorizar as diferenças, atender às pluralidades, dentre outros *slogans*, que soam como benéficos a todos, indiscriminadamente. (BRANCO et al., p. 355-356).

A disseminação de chavões (quase mantras repetidos à exaustão), inclusive na cerimônia que marcou a aprovação da BNCC em dezembro de 2017 (TARLAU e MOELLER, 2020), trabalha no sentido de mascarar questões mais profundas - e bem menos debatidas nos veículos de informação - quando o assunto são as políticas educacionais no cenário atual. Hypólito (2019) discute a BNCC como parte de uma agenda global, inserida em um Movimento Global de Reforma da Educação (GERM, na sigla em inglês) que se articula em torno de princípios como padronização, prestação de contas e descentralização. Em relação à padronização, conforme salienta o autor, prescreve-se um currículo nacional que estabeleça padrões de qualidade, a partir de avaliações nacionais com metas a serem cumpridas. Como destaca Caetano (2020):

Um dos principais objetivos das reformas de gestão educacional é aumentar os padrões de qualidade educacional, mas sem implicar em investir mais recursos nos sistemas educacionais. Essas reformas se concentram em como as escolas devem ser administradas, financiadas e sujeitas a medidas de responsabilização, bem como os incentivos devem ser introduzidos no sistema educacional para recompensar ou punir agentes educacionais como uma função de sua performance. (CAETANO, 2020, p. 37-38).

Essa visão estreita de qualidade é aludida especialmente nos textos que vinculam a BNCC à melhoria dos índices de avaliação no PISA, onde a qualidade da escola e do trabalho docente parece ser dependente dos testes, da avaliação e do mercado. O que esses textos parecem não fazer questão de lembrar é que países que possuem uma base nacional curricular - a exemplo dos Estados Unidos com seu *Common Core* - não tem expressado bons resultados nessas avaliações e que tampouco essas avaliações, mesmo com vultuosas receitas, garantem uma educação de qualidade.

Tanto nos EUA como no Brasil, o posicionamento na classificação de desempenho no exame PISA (sistema de avaliação internacional da OCDE) mantém-se com pouca alteração há vários anos. No caso brasileiro, há décadas. Os avanços na melhoria da qualidade da educação no Brasil, após algumas décadas de gerencialismo na Educação, são pífios, para não dizer vergonhosos, frente ao investimento de milhões de reais nos sistemas de avaliação federal, estaduais e municipais. (HYPÓLITO, 2019, p. 194).

Os discursos sobre uma educação de qualidade para todos - ainda que com uma visão apequenada de qualidade - são ferramentas utilizadas por atores corporativos e privados para negociar aberturas e alianças políticas que possibilitem novos espaços de poder e influência (TARLAU e MOELLER, 2020). Conforme as autoras, nesse estudo que destaca como a Fundação Lemann engajou-se na criação do

Movimento pela Base e no apoio à redação da BNCC, essas empresas e fundações envolvidas no setor educacional atuam através de uma filantropia estratégica, cujo foco não está no desenvolvimento do que quer que se intitule uma educação de qualidade, mas sim no crescimento econômico nacional e global. Segundo Martins (2016, p. 51) “o TPE dissemina uma ideia de qualidade da educação num sentido pragmático, em que os investimentos em educação devem ser aliados aos resultados do desempenho dos estudantes [...]”.

Para atingir esse crescimento, problemas educacionais, que são profunda e essencialmente sociais e políticos, passam por um processo de *tecnificação*, onde a qualidade e a equidade da educação podem ser resolvidas com soluções técnicas, o que auxilia na obtenção de amplo apoio para essa política, no processo que Tarlau e Moeller (2020) intitulam de *consenso por filantropia*. O consenso forma-se pelo uso por parte dessas organizações do poder da mídia e das redes formais ou informais, além do uso estratégico de recursos econômicos e da produção de conhecimento. A influência das organizações apoiadoras da BNCC - e autoras de muitos textos analisados para essa pesquisa - contribui, como lembra Caetano (2020), para que o mercado passe a ser o regulador de qualidade e eficiência da educação pública, num processo que a desqualifica.

Além da questão da qualidade, um segundo pacote interpretativo identificado diz respeito à concepção de que a *BNCC garante maior autonomia/protagonismo*, questões atreladas à BNCC por 15 matérias analisadas. Essa ideia central aparece sempre como um selo de protagonismo dos estudantes e das redes. Segundo Dias (2021, p. 5):

O protagonismo das instituições escolares, das redes de ensino e dos professores diante de um novo paradigma para a educação básica é ressaltado pelo discurso da BNCC; é um discurso alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Junto com a BNCC, a reforma do EM traz itinerários formativos, não centrados em disciplinas, mas em áreas. Neste sentido, cada estudante *escolhe* entre cinco possibilidades de itinerários. Para Lopes (2019) o protagonismo juvenil - tão enfatizado pela Base - esbarra nas possibilidades das escolas e das redes. Ou seja, a projeção de cinco possibilidades pode nem existir. Caberá ao estudante escolher o que a escola oferecer. As notícias analisadas reforçam de maneira repetitiva a ideia da autonomia muito próxima à ideia de liberdade individual de escolha, todavia, como destacam Branco (et al., 2019, p. 356):

a escolha pelo acesso ao conhecimento propedêutico, politécnico, técnico ou profissional não é garantida aos indivíduos, pois o que se espera é atender ao mercado de trabalho, às necessidades de produção, que são os reais detentores de poder sobre o projeto de vida de quem carece de opções. Visto assim, esta liberdade é ilusória, um engano baseado em discursos sobre o compromisso de ofertar a educação equitativa e democrática, que pode ser oferecida pelo novo Ensino Médio, calcada na BNCC.

Outro aspecto relacionado à autonomia/protagonismo dos estudantes está direcionado ao desenvolvimento de competências. Segundo Silva (2018) a centralidade dos currículos em competências faz o movimento contrário do que declara, diminuindo e enfraquecendo a autonomia estudantil. A autora reforça esta contradição ao afirmar que:

A noção de competências, ora como resultado de uma abordagem biológica e/ou inatista da formação, ora em virtude de seu caráter instrumentalizador e eficientista, consolida uma perspectiva de educação escolar que, contraditoriamente, promete e restringe a formação para a autonomia. (SILVA, 2018, p. 11).

Calcado em vários textos na questão da qualidade e da autonomia/protagonismo das redes e estudantes, emergiu nesse estudo um terceiro pacote interpretativo: a ideia de que a *BNCC é uma necessidade*. Onze textos apresentaram a necessidade de implementação/manutenção da BNCC, sempre

com uma alarmante premência. Sobre esta questão, concorda-se que:

As recentes mudanças na educação nacional, referentes à Reforma do Ensino Médio e à BNCC, surgiram com uma indisfarçada urgência e emergência, acenando com uma trajetória educativa direcionada para a profissionalização, a fragmentação e a flexibilização do trabalho (material e imaterial). (BRANCO et al., 2019. p. 359).

Entre as justificativas do governo para essa necessidade tão urgente, Silva (2018) aponta: melhoria na qualidade da educação - assim como indica um dos pacotes interpretativos analisados - voltada ao aumento das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do PISA; aumento na oferta de educação profissional e alinhamento internacional; número excessivo de disciplinas no EM e a alegação de que ter um único percurso formativo é exclusividade do Brasil. Estas justificativas estão intimamente conectadas às indicações do Banco Mundial e ao Fundo das Nações Unidas (UNICEF) (SILVA, 2018).

Essa urgência apareceu para a homologação da BNCC do EM e, depois disso, para sua implementação e/ou manutenção. As notícias analisadas, em um primeiro momento (antes de dezembro de 2018) reforçam a urgência de aprovação e continuidade dos planos. Em um segundo momento, reforçam a necessidade de implementação em estados e municípios, inclusive cobrando do governo verbas prometidas anteriormente para esta implementação e, num terceiro momento, apontam a necessidade da manutenção da política - pós cenário da pandemia de COVID - 19 - como guia para determinar as aprendizagens essenciais. Visualizou-se, neste sentido, um esforço midiático para criação deste pacote interpretativo, amortecendo os posicionamentos contrários e críticos à apressada implementação, ao mesmo tempo em que pressionava-se as tomadas de decisões.

Uma *vantagem* difundida e utilizada nas matérias nesse movimento de pressão para implementação e manutenção da BNCC liga-se à questão da aludida autonomia/protagonismo dos estudantes: a flexibilização do currículo. Kuenzer (2020, p. 57), alerta que essa flexibilização na reforma do EM objetiva “a formação de subjetividades flexíveis que se submetam à precarização do trabalho, naturalizando a instabilidade, a insegurança e a desregulamentação em nome da suposta autonomia de escolha.”

A ideia central de que a *BNCC traz flexibilização ao currículo* configura o quarto pacote interpretativo identificado, e se faz presente em oito dos textos analisados para este estudo. Neles a flexibilização atrela-se à ideia de qualidade da base, à promoção da autonomia/protagonismo tanto de estados e municípios quanto dos alunos do EM, além de estar associada à capacidade de reaproximar os jovens da escola.

Kuenzer (2020) afirma que a flexibilização, conforme proposta na reforma do EM - cujo currículo compõe-se da BNCC e dos itinerários formativos - tem o sentido de superficialidade e desqualifica a educação ao desconstruir a proposta curricular da escola, promover o aligeiramento da formação, a valorização do notório saber, a redução de custos (pela *escolha* dos alunos de apenas um itinerário formativo), a fragmentação e distribuição desigual do conhecimento. Gomides e Sousa Júnior (2021, p. 7) entendem que a BNCC aprofunda uma formação que se ajusta ao mercado de trabalho globalizado, e que “as modificações curriculares, como a flexibilização do currículo, atualmente têm um papel proeminente na formulação (ou não) de saberes da classe trabalhadora e de seu acesso ao conhecimento elaborado e crítico.”

Ao apoiar-se em uma visão de que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências (BNCC, 2018) a BNCC celebra uma desvalorização dos conteúdos, por sua suposta obsolescência, em prol de competências altamente instáveis e que são ditadas pelo mercado. Numa lógica onde conteúdos, aprendizagens e conhecimentos são flexibilizados, o domínio de conteúdo é permitido de acordo com as metas e necessidades mercadológicas.

Além de desconstruir a ideia de uma BNCC flexível como sinônimo de qualidade e autonomia, alguns autores questionam a própria ideia de flexibilidade do documento, é o caso de Lopes (2019). A

autora entende que a forma como a BNCC foi organizada chancela conteúdos, define o que é essencial e o que não, aponta metas e projetos identitários e de vida, tudo isso uniformemente. Em relação especialmente à BNCC do EM a autora destaca que o documento não indica habilidades por ano ou disciplina, nem estabelece sequências (o que poderia indicar um currículo mais flexível); todavia,

a proposta de integração curricular apresentada pela BNCC do ensino médio não viabiliza a flexibilidade curricular a qual alude; pelo contrário, tende a ser restritiva de possibilidades de integração curricular por tentar controlar o projeto de vida dos jovens estudantes por meio de metas fixadas a priori. (LOPES, 2019, p. 63).

Os projetos de vida dos alunos além de não contemplarem a flexibilidade da qual vangloriam-se - muitas vezes não fazendo sentido às singularidades estudantis - estão submetidos, lembra a autora, a interesses de grupos sociais que pensam saber como o futuro dos jovens deve ou pode ser. O protagonismo dos alunos, destacado na BNCC do EM e em vários textos aqui analisados, fica restrito apenas à *escolha* do que (entre poucos itinerários) estudar, submetido às possibilidades das escolas/redes e a interesses muitas vezes alheios à comunidade escolar. Poucos são os documentos ou mesmo pesquisas que escutam e dão voz aos estudantes, o que pode incidir diretamente na experiência estudantil, afinal “conhecer os interesses dos estudantes e incorporá-los nas práticas docentes pode estimular a motivação e o interesse pela ciência escolar, trazendo melhorias para a aprendizagem dos alunos.” (AMESTOY; TOLENTINO NETO, 2017, p. 103).

O último pacote interpretativo identificado nesse estudo, *BNCC é atacada por grupos conservadores*, reúne sete textos escritos em 2021 e que abordam questões como a crítica à Política Nacional de Alfabetização (PNA) do governo Bolsonaro, apontando suas discordâncias em relação à BNCC, por exemplo, ao priorizar certos métodos de alfabetização. Os textos indicam que a BNCC é alvo de críticas por grupos conservadores e que a política não teve atenção do MEC no governo Bolsonaro; trazem críticas à nomeação de pessoas para o MEC vinculadas ao Movimento Escola Sem Partido e contrárias à BNCC por motivos religiosos; apontam que esses grupos pressionaram para a exclusão de questões sobre gênero durante a elaboração do documento; ao mesmo tempo em que atribuem a pauta *ideologia de gênero* ao governo Bolsonaro, citando suas derrotas em instâncias jurídicas.

É importante destacar que a BNCC é fruto da disputa entre diversos atores e grupos. Peroni, Caetano e Arelaro (2019, p. 47) ressaltam que, no caso brasileiro, neoliberais e conservadores articulam-se já há um longo período e que, embora tenham diferentes pautas, “quando os interesses são comuns eles se unem, como foi o caso da BNCC em temas ligados a gênero, sexualidade, família.” As autoras entendem que o centro da disputa entre esses grupos (p. 51) “é um projeto de nação e de formação do trabalhador, em que a educação passa a ser o alvo dos interesses do grande capital.”

Costa e Carmo (2021) abordam as disputas entre os discursos neoliberais e neoconservadores na BNCC e identificam um intenso movimento de polarização entre uma frente conservadora – ligada a valores como *família tradicional* e religião (ligada ao Cristianismo), representada pelo movimento Escola Sem Partido - e atores alinhados ao mercado e defensores da livre escolha – vinculados ao movimento TPE. Hypólito (2019) também aponta essa divisão, inclusive internamente ao MEC. O autor lembra que grupos neoliberais apoiaram a eleição do atual presidente imaginando que manteriam o controle sobre políticas como a BNCC, sistemas de avaliação e provas nacionais, todavia, grupos conservadores aliados ao movimento Escola Sem Partido mostraram sua grande influência, inclusive direcionando escolhas de ministros da pasta. Tendo em vista, como visto ao longo dessa pesquisa, que o movimento TPE, juntamente com outras organizações, institutos e fundações parceiras se apresentaram como fontes e autores de diversas matérias analisadas, a crítica a pautas abordadas pelos movimentos conservadores destaca a divisão entre neoliberais e conservadores e a parcialidade dos jornais envolvidos.

Ressalta-se ainda que alguns textos apresentaram ideias não mencionadas na análise, todavia não identificou-se frequência e uma ideia central organizadora que pudesse caracterizar um pacote interpretativo. Quatro textos exaltam a BNCC como algo novo; outros quatro trazem críticas ao documento em relação à algumas fragilidades; três afirmam que a BNCC é neutra e plural; dois falam

sobre a presença/ausência do tema da diversidade; outros dois abordam sobre educação sexual na BNCC e um sobre alinhamento da BNCC com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e reforma do EM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar e analisar enquadramentos midiáticos sobre a BNCC, em especial do EM, foram emergiram algumas questões em relação aos períodos das publicações, posicionamentos, autores e fontes utilizadas e aos pacotes interpretativos identificados.

Quanto à distribuição temporal das matérias ficou bastante evidente uma concentração no período anterior à homologação da BNCC do EM. Isso, aliado ao fato de que apenas três dentre os 100 textos analisados trouxeram um posicionamento contrário à BNCC, sendo que em 78% dos textos percebeu-se uma busca em apoiar e exaltar a BNCC, ressaltando como o documento qualifica a educação, torna clara a intenção de angariar apoio tanto à aprovação quanto à posterior implementação e manutenção da BNCC.

Nesse processo de utilização da mídia pôde-se perceber que atuam fortemente as organizações/fundações/instituições/movimentos apoiadores da BNCC, figurando como autoras (es) e fontes de muitos dos textos veiculados nos jornais escolhidos. Essas entidades fazem uso dos meios de comunicação para obtenção de apoio popular, buscando formar consenso sobre as ideias que defendem e chegam inclusive, como citado anteriormente, a formar jornalistas para que atuem em temas educativos de acordo com seus parâmetros.

A autoria dos textos corroborou a grande influência das organizações/fundações/instituições/movimentos que apoiam a BNCC. Do total de 100 textos analisados essas entidades assinaram 23 - nos quais praticamente não houve consulta a demais fontes - e foram a segunda fonte mais ouvida no quantitativo geral das publicações, ficando sua participação muito à frente da dos envolvidos diretamente na educação escolar como gestores, professores, alunos, pais e comunidade escolar em geral. Essas questões evidenciam uma desvalorização dos currículos praticados nas escolas, do trabalho docente, do espaço reservado à diversidade e das necessidades das realidades das escolas.

Com referência aos pacotes interpretativos pôde-se identificar cinco ideias centrais organizadoras: *BNCC traz qualidade; BNCC traz flexibilização ao currículo; BNCC garante maior autonomia/protagonismo; BNCC é uma necessidade e BNCC é atacada por grupos conservadores*. A ideia de que a BNCC traz qualidade foi a mais preponderante, estando presente em quase metade (42) dos textos analisados. Ela aparece atrelada a questões de equidade, igualdade, avanço educacional, como uma política *salvadora* da educação. No discurso a qualidade parece ser ampliada, todavia, ao ser vinculada nos textos a índices onde o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas em larga escala é o único determinante dessa qualidade, apequena a significância do termo. Os problemas educacionais, nessa ótica, são reduzidos a problemas de gestão, *tecnificados*, ignorando-se todos os seus aspectos sociais e políticos.

As ideias de flexibilização curricular e autonomia/protagonismo supostamente trazidas pela BNCC também são bastante controversas. Enquanto as matérias veiculadas nos jornais as celebram, entende-se – com o apoio dos autores consultados para a formação do referencial teórico para esse trabalho - que a BNCC (em especial para o EM) fragmenta o conhecimento e aumenta a desigualdade educacional ao valorizar competências voláteis em detrimento dos conteúdos, num aludido processo de autonomia das redes e protagonismo juvenil que retira direitos e condiciona essa escolha às necessidades do mercado e às possibilidades de oferta das escolas, privilegiando as escolas particulares e seu público.

Nesse tocante, a necessidade e urgência de uma BNCC parece ainda mais, uma necessidade e urgência que não é das escolas, ou tampouco dos alunos e das comunidades escolares, mas do mercado, numa busca de instrumentalizar a educação alinhando-a a seus propósitos. Destaca-se ainda que, embora as matérias que abordam os ataques sofridos pela BNCC por parte de grupos conservadores evidenciem uma divisão entre grupos que colaboraram na elaboração da política (sendo que apenas um desses grupos tem espaço nos jornais consultados para esse estudo), tanto neoliberais quanto conservadores obtiveram vitórias no texto final. Para ambos, vender a ideia da BNCC como a panaceia para todos os

problemas da educação na grande mídia parece algo bastante profícuo.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, Micheli Bordoli. **Articulações entre os interesses dos alunos e livros didáticos: a voz do estudante na construção curricular de ciências**. 2015. 82 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6694>. Acesso em 31 jan. 2021.

AMESTOY, Micheli Bordoli; TOLENTINO NETO, Luiz Caldeira Brant de. Articulações entre o livro didático de biologia e os interesses dos estudantes do ensino médio. **Revista Dynamis**, Blumenau, v. 23, n. 2, p. 90-105, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7867/1982-4866.2017v23n2p90-105>. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/6857>. Acesso em: 02 fev. 2021.

AMESTOY, Micheli Bordoli; TOLENTINO NETO, Luiz Caldeira Brant de. Relações entre os interesses dos alunos do ensino médio em Ciências da Natureza e as habilidades avaliadas no ENEM. **Revista da SBEnBio**, Florianópolis, n. 7, p. 5849-5860, out. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/295531842_RELACOES_ENTRE_OS_INTERESSES_DOS_ALUNOS_DO_ENSINO_MEDIO_EM_Ciencias_DA_NATUREZA_E_AS_HABILIDADES_AVALIADAS_NO_ENEM. Acesso em: 02 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **O Globo lidera circulação dos jornais em janeiro**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/leis/o-globo-lidera-circulacao-dos-jornais-em-janeiro>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BALL, Stephen John; OLMEDO, Antonio. A 'nova' filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2013, p. 33-47.

BRANCO, Alessandra Batista de Godoi et al. Urgência da reforma do Ensino Médio e emergência da BNCC. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.22187>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/indbraex.php/rce/article/view/22187>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CAETANO, Maria Raquel. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Textura**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 36-53, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5397>. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>. Acesso em: 20 out. 2020.

CORRÊA, Adriana; MORGADO, José Carlos. Os contextos de influência política e de produção de texto no currículo nacional brasileiro. **Textura**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 19-35, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5622>. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5622/3714>. Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, Jéssica Gomes das Mercês; CARMO, Edinaldo Medeiros. As disputas entre os discursos neoconservadores e neoliberais nos contextos da política BNCC. In: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, 8, 2021, Vitória da Conquista. **Anais eletrônicos...** Vitória da Conquista: UESB, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/9547>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DIAS, Rosanne Evangelista. BNCC no contexto de disputas: implicações para a docência. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 1, jan./abr. 2021. ISSN 2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57075>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/57075>. Acesso em: 19 fev. 2022.

FRANGELLA, Rita. O que se disputa na/com a base nacional comum curricular? **Revista Espaço do**

- Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 1, jan./abr. 2021. ISSN 2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57084>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/57084>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- GAMSON, William; LASCH, Kathryn. The political culture of social welfare policy. In: S. Spiro e E. Yuchtman-Yaar (Ed.). **Evaluating the Welfare State**. New York: Academic Press, p. 397-415, 1983. DOI: <https://doi.org/10.1016/c2013-0-11524-3>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780126579802500322?via%3Dihub>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- GAMSON, William; MEYER, David. Framing political opportunity. In: D. McAdam et al. (Ed.). **Comparative Perspectives on Social Movements**. New York: Cambridge University Press, p. 291-311, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1017/cbo9780511803987.014>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/comparative-perspectives-on-social-movements/framing-political-opportunity/7F72EB65A3A1318EA313C2B78B5F0702>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, 95 v, p. 1-37, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1086/229213>. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/229213>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- GOMIDES, Fernanda de Paula; SOUSA JÚNIOR, Luiz de. Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular: estudo entre São Paulo e Paraíba. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 1, jan./abr. 2021. ISSN 2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.56955>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/56955>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- HYPÓLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.995>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 57-66, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28982019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWC3VgJ/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./maio 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.963>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- MARTINS, Érika Moreira. **Todos Pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 35-56, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/93094>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIENCIAS SOCIAIS, 26, 2002, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPOCS, 2002. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>. Acesso em: 10 out. 2020.
- SENA, Anne Karoline Cantalice; ALBINO, Ângela Cristina Alves; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Redes políticas que influenciaram a elaboração da BNCC para o ensino médio: naturalização da filantropia e mercantilização do ensino público. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 1, jan./abr. 2021. ISSN 2177-2886. DOI: [10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57809](https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57809). Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/57809>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso.

Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, e. 214130, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010246982018000100301&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOARES, Murilo César. Análise de enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 450-465.

TARLAU, Rebeca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VENCO, Selma Borghi; CARNEIRO, Reginaldo Fernando. “Para quem vai trabalhar na feira... essa educação está boa demais”: a política educacional na sustentação da divisão de classes. **Revista Horizontes**, Bragança Paulista, v. 36, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i1.660>. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/660>. Acesso em: 12 out. 2019.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2011.1.8810>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8810>. Acesso em: 03 nov. 2020.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).